

A colonização contemporânea em Mato Grosso do Sul

Cláudio Alves de Vasconcelos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados

Revedo alguns trabalhos que tratam da colonização em Mato Grosso do Sul¹, tive a sensação de que a história de cada região analisada começou a existir a partir da iniciativa do governo ou de um projeto de colonização, com a aquisição de terras. É o caso da minha dissertação de mestrado concluída em 1986, que trata da colonização em Mato Grosso, das décadas de 1950 a 1970 e que tinha como objeto central um estudo específico de uma experiência de colonização viabilizada por uma empresa particular japonesa, a JAMIC. Neste caso, a história começa a existir a partir da presença da companhia que, na época foi estimulada pelo governo. Era época de colonizar e ocupar os “espaços vazios” e para isso o governo investia na propaganda.

Quando tratei da ocupação da região de Terenos, MS e a implantação da Colônia Várzea Alegre, tive a preocupação (pelo menos) de enfatizar que se tratava da ocupação pelo “homem branco”. Para abrigar as populações indígenas que habitavam a região observei que (nas primeiras décadas do século XX) foram constituídas várias reservas. As terras, livres dos “intrusos” índios, e que eram consideradas devolutas, passaram a ser vendidas a particulares nacionais ou estrangeiros – principalmente aquelas que se tornaram acrescidas de um certo valor a partir do momento em que foram servidas pela Estrada de Ferro, a NOB. Isso significava que aos indígenas restavam apenas as áreas reservadas; as demais deveriam ser desocupadas mais cedo ou mais tarde, pois ali com certeza chegaria um novo proprietário².

Nessa perspectiva, Mato Grosso era apresentado como um amplo campo de possibilidades para grandes empreendimentos de colonização. Mesmo que eu tenha tido a preocupação de vasculhar os arquivos (especialmente o cartório de registro de imóveis) para

certificar-me da legalidade da aquisição da terra, não consegui ir muito além disso. Na história do município de Terenos, não constam os Terena, os índios.

A história que trata da colonização contemporânea normalmente se inicia assim: “O povoamento da região se deu como fruto de grandes empreendimentos de empresas colonizadoras” – “O povoamento da região se deu com a chegada de migrantes...”, etc.

Um dos trabalhos de conclusão do curso de especialização em história assim consta no item “Ocupação da Terra”: *A ocupação do sul de Mato Grosso é vista com mais nitidez a partir do século XIX, apresentando-se como uma mina de riquezas a ser explorada por população de outros estados da federação. O mesmo trabalho, tratando da “colonização na região sul do antigo Mato Grosso” enfatiza que a ocupação e colonização desta região por empresas colonizadoras vinham ao encontro desejado pelo poder político estadual, que não conseguia atrair para a região levas de colonos, mas ao facilitar o acesso através das companhias particulares de colonização cumpria, é claro que mantidos seus interesses, a ocupação e povoamento da região³.*

A mesma autora, na conclusão de seu trabalho, afirma que a Companhia Colonizadora Moura Andrade, após colonizar uma região no Estado de São Paulo, *chega ao Mato Grosso, ocupando e colonizando na região sudeste do Estado uma grande área, ampliando as fronteiras agrícolas (...) e quebrando antigas relações de poder que existiam na região e criando outras voltadas para a economia de mercado.* Neste caso, mesmo reconhecendo que havia antigas relações de poder, os índios ainda não foram incluídos na história. A expressão *relações de poder* nunca esteve associada aos índios.

Não cabe aqui nesta exposição desmerecer os trabalhos citados. A preocupação é apontar para os “espaços vazios” deixados pela historiografia. Como na maioria dos trabalhos que tratam da colonização contemporânea em Mato Grosso, não há a preocupação em desvendar o significado da expressão “espaços vazios” citada várias vezes.

Outros trabalhos destacam as iniciativas de grandes companhias de colonização na região Sul do antigo estado de Mato Grosso. As empresas (com projetos de maiores proporções e investimentos) foram a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, a Companhia Moura Andrade e a Companhia Melhoramentos e Colonização S. A., a SOMECO. A reboque desses grandes projetos de grandes Companhias, vieram para Mato Grosso do Sul, além de agricultores que dispunham *de um pecúlio suficiente para pagar a mensalidade inicial que dá acesso à propriedade*⁴, os “miseráveis” fugitivos da fome, da seca e sonhadores..., por uma vida melhor ou simplesmente pela sobrevivência.

Nesse processo todo, da chegada das grandes Companhias com seus projetos, uma parte da história está ainda muito obscura: essas terras eram espaços vazios? Estavam totalmente desocupadas antes da chegada dos “colonizadores”? Os “miseráveis fugitivos da fome” encontravam os espaços vazios para saciar a fome e a sede?

A citada enigmática expressão “antigas relações de poder”, se for bem pensada historicamente, poderia sim preencher alguns “espaços vazios” na historiografia. Tomemos como por exemplo os relatos de Francis Castelnau em expedição à província de Mato Grosso, no ano de 1845. Naquela época Castelnau, ao visitar uma aldeia Terena na região de Miranda, hoje território sul-mato-grossense, procurava índios que fossem conhecedores da região e que tivessem experiência na arte da navegação para ajudá-lo no transporte de mercadorias e em outras tarefas da expedição. O viajante assim descreveu suas primeiras impressões sobre os índios: *O semblante destes selvagens era frio e circunspecto; suas maneiras, cheias de dignidade. Durante dez minutos conservaram-se silenciosos; depois, começaram a confabular uns com os outros*⁵. Depois de um certo tempo de observação atenta da vida dentro da aldeia conclui Castelnau: *Esta gente é bastante industriosa; cria gado e possui muitos cavalos. Fazem grandes lavouras de cana-de-açúcar, de milho, de feijão e de mandioca. Cultivam também bastante algodão, com que as mulheres fazem lindos tecidos, para vender aos brasileiros. Finalmente, sabem fabricar bonita louça de barro. Assim que chegamos, os chefes nos*

*receberam num grande alpendre, que faz às vezes de sala do conselho. A cena desta recepção era digna do pincel de um hábil pintor. Enquanto estávamos sentados em esteiras, mais de mil índios se comprimiam em torno de nós, ostentando no corpo as pinturas mais berrantes*⁶.

É importante enfatizar que as observações do viajante são de 1845, portanto de um período ainda anterior à famosa “Lei de Terras”, quando as *relações de poder* se consolidavam a partir de práticas sociais longe de serem regulamentadas pela ação do Estado. A conhecida Guerra do Paraguai (década de 1860) também não acontecera. A disputa pelo poder na citada região dependia muito das *relações de poder* estabelecidas principalmente pela maioria de sua população, ou seja, pelos índios que ali viviam há tempos. A representação de Castelnau apresenta inclusive como cenário das negociações um *grande alpendre, que faz às vezes de sala do conselho*, o espaço físico e simbólico das relações de poder dos índios.

Relato semelhante pode ser encontrado em Taunay, que destaca o papel dos índios no período da Guerra do Paraguai. Segundo ele os índios foram os responsáveis pelo abastecimento de toda a população que fora acuada pelos paraguaios e que se refugiara nos *morros*. Foram eles também que resistiram às freqüentes incursões dos inimigos⁷.

A presença de não-índios na região, especialmente nos períodos da, e pós-Guerra com o Paraguai, gerou relações extremamente conflitivas com as “antigas relações de poder” estabelecidas na região. Conflitos entre paraguaios e índios, e entre “brasileiros” e índios. No final do século XIX, iniciam-se em Mato Grosso os primeiros projetos de “colonização” para a distribuição e venda de terras sob o controle do Estado, com a criação da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização. Mas o processo de colonização dirigida intensificou-se durante as décadas de 1930 e 1940, e na década de 1950 o processo de apropriação das terras do Estado foi ainda mais acelerado. Os índios não constam nessa história. A cena descrita por Castelnau e as constatações de Taunay desapareceram da história da colonização. Grande parte dos territórios que abrigavam aquelas populações indígenas e que davam a elas *maneiras cheias de dignidade*, o espaço necessário para suas *grandes lavouras de cana-de-açúcar, de*

milho de feijão e de mandioca e bastante algodão, passam a compor, como num “passe de mágica”, o quadro de terras devolutas do Estado, os “espaços vazios” a serem ocupados.

Não cabe aqui, com esses questionamentos, negar o papel desempenhado pelas empresas colonizadoras, sejam elas estrangeiras ou nacionais. Alguns estudos já deram conta desse papel. As empresas foram responsáveis pela aquisição e venda de terras e pela introdução de imigrantes e migrantes em Mato Grosso do Sul, principalmente nas décadas de 1950 e 60. Os migrantes e imigrantes já vinham se estabelecendo no estado em períodos anteriores, mas foi no final da década de 40, e nas décadas de 50 e 60, portanto, no período pós-segunda Guerra Mundial, que houve um aumento significativo dessas populações a partir da ação de “colonizadoras”. Portanto, como já afirmei em outro trabalho, *a colonização, na forma como se tem realizado, promoveu inegavelmente o aumento da população [...], hoje eu acrescentaria, da população não-índia*. Favoreceu, com certeza, em maior medida as grandes empresas fundiárias [...] *porque levou para as novas áreas o trabalhador que era indispensável aos primeiros trabalhos de “limpeza” do solo, isto é, à preparação do espaço para a reprodução e expansão do sistema*.

Damárci da Costa, em seu artigo *Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi*, quando faz referência à companhia de extração de ervas, a Mate Laranjeira, observa que *a empresa detinha grandes extensões de terras e impedia que migrantes do sul e sudeste, além de estrangeiros, que não fossem mão-de-obra, se fixassem em seus domínios*. Apoiada nos estudos de Brand, conclui que esse monopólio, *sob certo ponto de vista, não foi de todo mau para as populações indígenas*, pois essa grande empresa de exploração de recursos naturais, *apesar da violenta exploração da mão-de-obra, acaba sendo fator de resguardo de grande parte do território dos índios Guaraní*. Isso porque (paradoxalmente) impedia a entrada de projetos de colonização na região. Isso sugere que, para os índios, a situação que não era nada boa com a Mate Laranjeira, pior seria

com as empresas colonizadoras que organizariam o espaço para a expansão capitalista, instituindo na região o estatuto da propriedade privada em todo o território.

Para que os projetos de colonização fossem viabilizados seria necessário, em primeiro lugar, “limpar” as áreas classificadas para a colonização. Daí toda a ação do Estado no sentido de reservar espaços para o confinamento dos índios, ironicamente reconhecidos pelos órgãos oficiais como os “verdadeiros donos da terra”⁸.

Terras de índios

Antes eu vivia no Guyraroká, nas margens do córrego Karacu, meus parentes sempre viveram lá, mas não tinha assistência, o fazendeiro veio, ocupou e aí mandava a gente sair, dizia que lugar de índio agora era na reserva, os parentes já tinham saído quase tudo. Aí veio parente meu que morava na reserva, junto com Funai e disseram que não era bom morar sozinho na fazenda, melhor mudar para reserva, ia ter assistência do governo, ajuda de saúde, escola, semente, ferramenta. Aí eu pensei..., melhor mudar..., fui para a reserva de Dourados, eu era nova, viúva com dois filhos⁹.

Para representar a cena descrita pela mulher Kaiowá, outros depoimentos de variados grupos indígenas de Mato Grosso do Sul poderiam nos ajudar com histórias muito semelhantes. Os “fazendeiros” vão chegando e expandindo suas terras, às vezes com “diplomacia” e respaldo da própria Funai, com promessas assistenciais na reserva antecipadamente estipulada para a transferência da família ou do grupo indígena. Na maioria das vezes, o processo de “limpeza” do espaço, visando à consolidação do domínio das terras, não se dá com a referida diplomacia. Os índios, sem outra alternativa, na expectativa de uma vida melhor, com escola, saúde e ferramentas para o trabalho, abandonam seus lugares de origem e mudam para as reservas. Como disse a senhora Kaiowá: *Aí eu pensei..., melhor mudar...*

Na memória do povo Ofaié também ficou registrada a presença do *invasor*:

Uns cem anos atrás, o meu povo Ofaié vivia sossegado porque tinha caça, pesca e mel. Não tinha nenhum invasor. O Ofaié vivia na maior felicidade. Onde que os Ofaié viviam era à

*margem do rio Paraná. Nossos aldeamentos eram sempre por alguns dias e as caminhadas eram sempre nas margens dos rios*¹⁰.

A chegada dos fazendeiros, e das empresas colonizadoras, com seus capangas e com todas as formas de pressões, inclusive com os meios de transporte para a retirada dos “intrusos” da área desejada, também não seria difícil de ser encenada. Essas ações já foram descritas por uma série de escritores memorialistas que as classificaram de violentas e injustas. Trata-se de colocar os índios apenas enquanto vítimas do processo.

O que fazer então?... Aproveito aqui as observações de Isabel Guillen, que alerta para a necessidade de *não só descobrir novas fontes documentais que permitam construir uma história dessa região tendo também os índios como sujeitos, junto com trabalhadores e posseiros, mas incentivar a produção acadêmica que não marginalize as diversas etnias, ao fazerem uma história dos sertões ou das fronteiras agrícolas*¹¹.

Nesse sentido, a preocupação fundamental (de pesquisas sobre a colonização contemporânea) será a de, quando analisar as tentativas estaduais ou municipais (portanto oficiais) e particulares de ocupação desse território por suas empresas de colonização; diagnosticar o impacto provocado por esses projetos de colonização (com a derrubada da mata, a inserção de novas lavouras ou pasto) para o deslocamento e/ou desterritorialização das comunidades indígenas, portanto, buscar dialeticamente nos próprios projetos de colonização (nos casos já identificados por outras pesquisas) uma das suas contradições, a desocupação do território, a *limpeza* do espaço, para a inserção de novos elementos.

O método comparativo poderá dar sustentação á pesquisa. Essa opção metodológica, já anunciada em outra ocasião, quando apresentei o projeto de pesquisa sobre a colonização, permitirá estabelecer paralelos entre as várias formas de ocupação (ou desocupação) desse território, buscando a partir daí redefinir o conceito de colonização buscando em cada uma dessas experiências as suas especificidades. A partir desse pressuposto, uma preocupação deve acompanhar todo o desenrolar da pesquisa: não cair meramente no aspecto descritivo de

um “modelito” de colonização oficial, particular ou mesmo espontânea, pois (como já alertou Maurice Le Lannou) *a abundância dos pormenores impede que se compreendam os grandes fenômenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas*¹².

Isso significa que, para se compreender os *grandes fenômenos* (neste caso o fenômeno da colonização em Mato Grosso do Sul), deve-se entendê-los enquanto produtos históricos, portanto, das práticas sociais, no plural. O que não quer dizer que as explicações para os *grandes fenômenos* deverão ser alcançadas sem o estudo das particularidades. O estudo do processo de colonização deverá ser associado às práticas tanto estruturais (modelo de organização econômica, cultural – dando ênfase também às populações indígenas), quanto conjunturais/circunstanciais (movimentos de imigração e migração, planos econômicos, projetos de companhias de colonização, movimentos indígenas, etc.).

¹ É importante lembrar que, em 1977, o Estado de Mato Grosso foi dividido (passando sua porção meridional a constituir o Estado de Mato Grosso do Sul).

² As terras que foram adquiridas pela empresa japonesa (por compra a Severino Pereira da Silva), anteriormente já haviam sido propriedade de uma empresa alemã com objetivos de estabelecer núcleos coloniais (a Herm Stoltz & Cia). Essa empresa foi obrigada a vender suas terras durante a segunda Guerra Mundial, em 1943 (ver VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso: A implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 46)

³ MAZIERO, Cristina Zucker. *O universo sul-mato-grossense e a política de colonização: o caso de Nova Andradina*. 2004. 80 f., Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, MS, p. 16 (grifos meus).

⁴ PÉBAYLE, Raymond e KOEHLIN, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. Espaço e Conjuntura*, São Paulo: Instituto de Geografia, n. 4, 1981, p. 13

⁵ CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul (1845)*. São Paulo: Ed. Nacional; USP, 1949. t. 2, p. 303.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 302-3.

⁷ TAUNAY, Visconde de. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1866.

⁸ *Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). De 1915 até 1928 foram reservadas, demarcadas e homologadas, aos Guarani do Mato Grosso, oito áreas de terras, num total de 18.297 ha*. COSTA, Damárci. *Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. Fronteiras*, Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 4, p. 77 – 102, jul./dez. 1998, p. 87.

⁹ (Mulher Kaiowá, Xamã, de mais de 60 anos, da reserva de Dourados, *apud* PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. São Paulo: 2004, 441 p., Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, p. 214.

¹⁰ Ex-cacique Ofaié, Athaide Francisco Rodrigues. Citado por DUTRA, Carlos A. dos Santos. *O território Ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo*. Dourados, MS, 2004. 289p. Dissertação (Mestrado em História), Câmpus de Dourados, UFMS, 2004, p. 119.

¹¹ GUILLEN, Isabel C. M. Ausência e produção do conhecimento: história indígena em Mato Grosso do Sul. *Fronteiras*, Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 4, p. 103-122, jul./dez. 1998, p. 107.

¹² *Apud* BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 108.